

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.270 - SP (2019/0196699-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **D U J P**
AGRAVANTE : **A S C**
ADVOGADOS : **ÁLVARO SELL CAJUEIRO - PR071643**
 DANTE UBIALI JACINTHO PERINOTTO - PR061251
AGRAVADO : **TP FRANCHISING LTDA**
ADVOGADO : **FABIO SANTOS PEDROSO - SP295660**
INTERES. : **ZANINI TURISMO LTDA - ME**
ADVOGADO : **DANTE UBIALI JACINTHO PERINOTTO E OUTRO(S) - PR061251**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial ante a aplicação da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 507/508).

O acórdão do TJSP traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 434):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Alegação de omissão - Inocorrência – Pedido de justiça gratuita – despacho determinando o recolhimento por ausência de documentos comprovando o estado de insuficiência – Juntada de documentos após despacho - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados.

APELAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Recorrentes, advogados, que se declararam hipossuficientes – Pessoa natural – Requisitos – Comprovação da situação de hipossuficiência da pessoa natural – Benefício concedido – Recurso conhecido para esse fim.

APELAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Princípio da causalidade - Pretensão de aplicação do art. 701, caput, § 1º, do CPC, por analogia - Ausência de contestação - Ação julgada procedente – Incidência do art. 85, § 8º, do CPC – Precedente desta Corte - Honorários fixados em R\$ 3.000,00 - Recurso provido em parte.

Dispositivo: Embargos rejeitados. Recurso provido em parte.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 495/502).

No recurso especial (e-STJ fls. 443/452), fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF, os recorrentes apontaram violação do art. 85, § 2º, do CPC/2015, alegando que: (a) a fixação dos honorários sucumbenciais em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) estaria aquém do percentual mínimo legal, e (b) o montante do encargo deveria ser revisto para o patamar de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa ou arbitrado em valor fixo para remunerar adequadamente o trabalho dos patronos.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 506).

No agravo (e-STJ fls. 511/523), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 525).

É o relatório.

Decido.

A Segunda Seção do STJ no julgamento do REsp n. 1.746.072/PR (Relator para o Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, DJ 13/2/2019, DJe 29/3/2019), entendeu que "*o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo".*

No caso, a Justiça *a quo* dissentiu de tal entendimento ao arbitrar, à luz do princípio da causalidade, os honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ante a estabilização da tutela cautelar antecedente concedida à parte autora. Confira-se, a propósito, a fundamentação da Corte regional (e-STJ fls. 438/440):

Cuida-se de tutela cautelar antecipatória, julgada procedente.

Consigne-se observar que dúvida não há quanto ao cabimento de condenação em sucumbência em tutela cautelar antecipatória.

Assim, julgada procedente a ação, permite-se a condenação do sucumbente em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ante o princípio da causalidade.

Todavia não é o caso de aplicação por analogia do artigo 701, caput, § 1º do Código de Processo Civil, como sustentado pelos recorrentes, que assim dispõe:

(...)

A autora Zanini Turismo Ltda. ajuizou "ação ordinária com pedido de tutela antecipada em caráter antecedente" objetivando a liberação de 50% da comissão mensal com lastro nas vendas dos meses de maio e junho de 2017, retidas pela requerida TP Franchising Ltda.

Requeru também, a abstenção da apelada de efetivar retenção da comissão ou alternativamente, que a retenção não ultrapassasse o máximo de 10% sobre o valor da comissão mensal devida à unidade franqueada Faria Lima (CTO) (fl. 22, item 39).

Em decisão interlocutória, o Juízo determinou que a autora Zanini esclarecesse a aparente litispendência ou conexão entre o pedido formulada nesta ação e o processo nº 2039598-45.2017.8.26.002 (fl. 307), que foram esclarecidos pela autora em fl.

308-310.

Ato contínuo, foi proferida a r. decisão (fl. 352-353), concedendo em parte a tutela de urgência e determinado que a ré mantivesse o repasse ao menos de 50% da receita da unidade Faria Lima (CTO) até integral pagamento do saldo devedor, ou ulterior determinação do Juízo, regularizando o pagamento a partir das vendas de junho de 2017.

Contra esse decisão houve a interposição de embargos de declaração (fl. 355-357) rejeitados pela decisão de fl. 359.

Na seqüência, com a regular citação da parte requerida (fl. 362), o prazo de contestação transcorreu in albis (fl. 363).

Aberta vista à parte autora para manifestar-se quanto à concordância ou não da estabilização da lide nos limites da tutela concedida, ou que cumprisse o disposto no artigo 303, § 1º do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo.

Com a concordância da estabilização pela parte autora (fl. 366-368), sobreveio a r. sentença procedência e extinção, consignando o ilustre Magistrado que "[...] não vislumbro na estabilização da lide com base na solução intermediária que atendeu às necessidades de ambas as partes, alguma sucumbência da ré" (fl. 370).

Com se pode verificar, não houve contestação por parte da requerida, de forma que não é o caso de aplicação analógica do invocado artigo 701, caput, § 1º -, do Código de Processo Civil aplicando-se ao caso o artigo 85 do Código de Processo Civil.

(...)

Destarte, nos termos do art. 85, § 8º do atual Código de Processo Civil e considerando o critério legal e a necessidade de se fixar honorários compatíveis com a função desempenhada pelos nobres profissionais da Advocacia, inclusive, tendo em vista a natureza alimentar de tal verba, e, considerando que a ação é de complexidade pouco superior às de pequena complexidade, arbitra-se os honorários advocatícios em R\$ 2.000,00.

Dessa maneira, à mingua de conteúdo condenatório do acórdão recorrido, é devido arbitrar a verba honorária sucumbencial com base no proveito econômico obtido pela parte autora – seguindo a ordem de vocação do art. 85, § 2º, do CPC/2015 indicada no precedente antes transcrito.

Assim, considerando o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância dos atos praticados, o trabalho realizado pelo advogado, o valor da causa, bem como o tempo exigido para o serviço, majoro o valor dos honorários advocatícios devido ao causídico para 10% (dez por cento) do valor atualizado do proveito econômico.

Entretanto, não há como verificar diretamente o montante do proveito econômico obtido pelos recorrentes nesta sede especial. Isso porque, para tanto, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Desse modo, impõe-se remeter a fixação dessa quantia para a fase de liquidação do julgado, quando então será apurado o valor sobre o qual incidirá o percentual dos honorários advocatícios fixados na forma prevista pelo dispositivo legal acima transcrito.

Por todo o exposto, CONHEÇO do agravo nos próprios autos para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de fixar os honorários advocatícios devidos pela recorrida aos advogados da parte autora, ora recorrente, no equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido na demanda, a ser apurado na fase de liquidação

Superior Tribunal de Justiça

de sentença, por artigos ou arbitramento.

Esclareço que o resultado não poderá ser inferior à quantia fixada pelo TJSP – R\$ 2.000,00 (dois mil reais) –, sob pena de configurar indevida '*reformatio in pejus*'.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator